

**PODER /** Guimarães e Lira conversam e chegam a um entendimento para que as pautas de interesse do futuro governo avancem na Câmara

# Caciques do Centrão já acenam para Lula

» RAPHAEL FELICE

Em busca de apoio para aprovar promessas de campanha no Congresso Nacional, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já recebe o aceno de importantes caciques do Centrão. Prova disso é que ao mesmo tempo em que a cúpula da transição, comandada pelo vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), se reúne com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), o deputado federal José Guimarães (PT-CE) se encontra com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Foi quando chegaram a um entendimento para que pautas de interesse da futura gestão avancem.

Aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL) nos últimos anos, Lira disse que “topa ajudar” o governo eleito, segundo Guimarães, com pautas urgentes para o futuro chefe do Executivo e que são importantes para o país, entre elas propostas referentes à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 e as medidas que serão construídas em torno da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da Transição.

Guimarães relatou que apesar de o presidente da Câmara ter posições diferentes do PT, vai buscar um melhor entendimento e está disposto a construir um bom termo nessas proposições. Segundo Guimarães, “as portas foram democraticamente abertas”.

“Tivemos a primeira conversa oficial com o presidente da Câmara. A conversa foi boa. Ele disse que topa ajudar, topa a dialogar, que vai sentar com o Lula e, depois, discutir a pauta. Na minha percepção, o presidente Lira e o pessoal do Senado, que discute com o presidente (Rodrigo) Pacheco (PSD), vão buscar o melhor entendimento com o governo. (Lira) tem posições diferentes, mas está disposto a construir um consenso para votações de matérias que interessam ao novo governo. Isso é o saldo político da reunião”, frisou Guimarães, enquanto se encaminhava para a Liderança petista no Senado, onde estava a cúpula da

Nilson Bastian/Agência Câmara



Segundo Guimarães, o presidente da Câmara “topa ajudar”, mas, em troca, obterá apoio para a reeleição



**Lira me disse que está aguardando o retorno de Lula para uma reunião dos dois. Pode sair um sinal positivo para o diálogo. Temos que acalmar o Brasil, discutir os problemas em outro nível, pavimentar a reconstrução”**

**Deputado José Guimarães (PT-CE)**, indicando que o Centrão pode facilitar para o futuro governo Lula em algumas votações

transição após a reunião com o relator do Orçamento.

## Volta da folga

O vice-presidente do PT também relatou que Lira aguarda um retorno de Lula da folga prolongada que esta desfrutando para a realização de uma reunião entre eles. Segundo Guimarães, o presidente da Câmara salientou que o momento era para ver “o melhor para o Brasil”.

“Lira me disse que está aguardando o retorno de Lula

para uma reunião dos dois. Pode sair um sinal positivo para o diálogo. Temos que acalmar o Brasil, discutir os problemas em outro nível, pavimentar a reconstrução”, observou.

O aceno de Lira ao PT reforça uma possível aproximação do PP com o futuro governo. Desde o término das eleições, no domingo passado, o deputado vem fazendo movimentos nesse sentido, tanto que foi um dos primeiros a parabenizar Lula pelo resultado das urnas. Além do presidente da Câmara, interlocutores petistas

acreditam que outros caciques do partido podem ajudar na negociação para uma adesão do Centrão ao governo.

Um potencial ponto de resistência à aproximação do Centrão com o governo eleito poderia ser a família Calheiros. Mas até mesmo esse ponto parece equalizado. O senador eleito Renan Filho (MDB-AL) disse que a rivalidade com Lira na política alagoana não atrapalha a eleição à Câmara, e que Lula “precisa olhar quem vai levar seu projeto adiante”.

A aproximação indica que o petista não deve interferir na disputa pela Presidência da Câmara. Uma das possibilidades é o apoio do PT à reeleição de Lira — o que terminaria por garantir o apoio do PP e de deputados do Centrão sob a influência do presidente da Câmara à base governista.

Ventila-se, ainda, os nomes dos deputados Marcos Pereira (SP), presidente do Republicanos — que compõe o Centrão com PP e PL — e Luciano Bivar (União Brasil-SP — **leia abaixo**) para o posto hoje ocupado por Lira.

## Bivar: UB não fará oposição “de jeito nenhum”

» FABIO GRECCHI

O presidente do União Brasil (UB), o deputado federal Luciano Bivar (PE), disse, ontem, que o partido não fará oposição “de jeito nenhum” ao governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele explicou que o gesto é mais em defesa da democracia do que por questões programáticas.

“Queremos dar governabilidade e sustentação ao presidente Lula e apoiaremos com o maior prazer seu governo. Não vamos ser oposição de jeito nenhum”, salientou.

A afirmação de Bivar, que foi reeleito deputado por Pernambuco, soa como um recado direto ao senador eleito Sergio Moro (União Brasil-PR), que tão logo conquistou a cadeira no Parlamento, anunciou que seria oposição intransigente a Lula, caso o petista chegasse à Presidência. O anúncio serve também para Rosângela, mulher do ex-juiz da Operação Lava-Jato, eleita deputada federal e correliionária de Bivar.

O presidente do UB admite que tem diferenças em relação a Lula e ao PT na seara econômica, mas que o momento é de fortalecer os pilares da democracia — que considera terem sido desgastados por quase quatro anos de Jair Bolsonaro (PL)

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Bivar aceita atrelar o UB ao governo em busca do comando da Câmara

no poder. Também assegurou que a conversa com o PT não será em bases “fisiológicas” e que pretende dar início às tratativas assim que voltar do exterior, em 9 de novembro.

## Presidência da Câmara

Mas esse apoio ao futuro governo Lula deve ter como condição o respaldo do Palácio do Planalto a um eventual candidato do União Brasil à Presidência da Câmara, cuja eleição será

em fevereiro. Bivar assegura que a legenda — que tem 59 deputados e é a terceira maior da casa — lançará um nome para concorrer com Arthur Lira (PP-AL), que tem deixado claro a interlocutores que disputará a reeleição ao cargo. O presidente do UB, inclusive, pode ser o nome do partido a ser lançado na disputa.

Só que Lula não parece disposto a fechar nesse instante um eventual apoio a algum candidato à Presidência da Câmara. De acordo com interlocutores do

petista, é preciso, primeiramente, saber o que o Centrão pedirá em troca para facilitar ao novo governo. Também é necessário aguardar se a fusão entre o PP de Lira e o UB de Bivar realmente sairá do papel — caso se concretize, o partido terá nada menos que 106 deputados e tira do PL, com 99, o posto de maior bancada da casa.

O interesse do União Brasil em estar ao lado de Lula é, também, porque o partido pretende se cacifar melhor para as eleições municipais de 2024. No último pleito, a agremiação tentou fechar uma aliança de terceira via com alguma capacidade competitiva — o próprio Bivar era o candidato ao Planalto, depois que Moro teve a legenda negada. Mas abandonou o projeto e lançou a senadora Soraya Thronicke (MS), que ficou em quinto lugar na corrida presidencial, ao conquistar 0,51% dos votos válidos no primeiro turno.

Além disso, o UB sofreu um sério revés com a derrota de ACM Neto na disputa pelo governo da Bahia — o ex-prefeito de Salvador e secretário-geral do partido foi vencido pelo petista Jerônimo Rodrigues. Mas conquistou o governo de quatro estados: Ronaldo Caiado (GO), Mauro Mendes (MT) — ambos no primeiro turno —, Wilson Lima (AM) e Mauro Rocha (RO) — no segundo.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Dois meses para evitar um colapso político-administrativo

Que ninguém se engane. A primeira tarefa da transição iniciada, ontem, sob a coordenação do vice-presidente eleito Geraldo Alckmin é evitar um colapso político-administrativo do governo federal, em razão da ruptura de políticas em curso, uma vez que a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva significa a retomada de um projeto nacional centrado em três grandes eixos: a construção de um Estado democrático ampliado, permeável à participação da sociedade; a retomada do desenvolvimento, em novas condições de sustentabilidade, numa economia globalizada; e o combate às desigualdades, com objetivo de erradicar a miséria e promover a inclusão social. O governo Bolsonaro tinha metas diametralmente opostas.

Qual é a base real para que o colapso não aconteça? Primeiro, o diálogo entre quem sai e quem entra, para que se estabeleçam níveis básicos de cooperação. De certa forma, o encontro entre o presidente Jair Bolsonaro (PL), depois de seu apelo para que os caminhoneiros liberassem as estradas, e Alckmin foi auspicioso, não importa o teor da conversa.

Com a derrota eleitoral, o governo Bolsonaro acabou, mas seu mandato ainda não. É preciso um mínimo de entendimento, mesmo se sabendo que não haverá diálogo entre o atual presidente e o sucessor por absoluta incompatibilidade de gênios, como diria o falecido compositor Aldir Blanc. Todos os sinais de Bolsonaro são de que não pretende passar a faixa para Lula no Palácio do Planalto. Do ponto de vista institucional, é apenas um gesto simbólico. O petista será diplomado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e empossado pelo Congresso.

## Instituições

Segundo, o colapso pode ser evitado porque as funções essenciais do Estado são asseguradas pelos órgãos encarregados de normatizar, arrecadar e de coerção, os quais não seguem apenas a orientação política do presidente da República, mas regras estabelecidas pelo Congresso, que são dirimidas, em casos litigiosos, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O processo eleitoral, no decorrer de um ano muito turbulento, confirmou o que já se dizia antes: temos instituições fortes, que resistiram aos assédios dos setores que defendem um regime autoritário.

Nas áreas essenciais para o funcionamento do governo, uma burocracia estável e bem preparada opera a administração pública sob o manto da ética e da responsabilidade. As exceções já são conhecidas e seus protagonistas estão identificados. Não têm força para obstruir a transição, a ponto de pôr em colapso essas atividades essenciais, entre as quais a defesa da ordem.

Terceiro, o fato de que existe uma classe política cuja capacidade de sobrevivência e adaptação às circunstâncias foi mais uma vez comprovada nas eleições. É negável o fortalecimento dos partidos do Centrão, o que exigirá negociações duras em relação a temas sensíveis do Orçamento. Onde há política, há esperança de soluções negociadas e positivas.

Segundo Alckmin, haverá continuidade, planejamento e transparência na transição, o que significa acesso da imprensa às negociações e acompanhamento por parte da opinião pública. O xis da questão é encontrar um ponto de equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e as demandas sociais mais urgentes, entre as quais a manutenção do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600, que não está previsto no Orçamento de 2023.

Lula não terá a tradicional trégua de 100 dias para se instalar no Palácio do Planalto e começar a governar. Foi eleito por estreita margem de votos, sua vitória continua sendo contestada por boa parte dos eleitores de Bolsonaro, uns porque são ideologicamente de extrema direita, outros porque são antipetistas roxos. A reversão das expectativas que criou na campanha eleitoral, junto àqueles que mais necessitam do apoio do governo federal, pode mudar rapidamente a correlação de forças políticas, transformando o sentimento “era feliz e não sabia” que o trouxe volta ao poder num bumerangue.

Qual o antídoto contra isso? Não é uma política populista, porque essa receita foi praticamente esgotada por Bolsonaro durante a campanha eleitoral, na qual gastou-se muito mais do que se deveria. O verdadeiro antídoto é a construção de um governo de ampla coalizão democrática, tarefa pessoal e intransferível de Lula. Os primeiros sinais de que o novo governo terá esse caráter estão visíveis: a composição ampla da equipe de transição, as negociações com os caciques do Centrão, a valorização da aliança com os partidos e a não cooptação de seus integrantes para compor o novo governo.

Lula é um líder político experiente, com capacidade de negociação. Sabe perfeitamente quais foram os erros que cometeu no poder. A lógica é não repeti-los.

A cúpula do PT, encabeçada por Gleisi Hoffmann e Aloizio Mercadante na transição, também tem experiência política e administrativa. Sabe que não vale a pena cotovelar os aliados para ocupar todos os espaços no futuro governo, pois já têm a Presidência e o controle das posições mais estratégicas e importantes.

**LULA NÃO TERÁ A TRADICIONAL TRÉGUA DE 100 DIAS PARA SE INSTALAR NO PLANALTO E COMEÇAR A GOVERNAR**